

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NOS GOVERNOS DO PT NO BRASIL

SOUZA, ANGELITA MATOS¹

Resumo: Neste artigo o objetivo é refletir sobre dependência e desenvolvimento na análise dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Sem deixar de reconhecer os avanços sociais e econômicos do período, a ideia central é a de que alternativas mais arrojadas de políticas estatais visando o desenvolvimento estavam restringidas pela emergência do que será apresentado como a novíssima dependência. O texto está dividido em três partes, além da introdução e conclusão: na primeira se retoma a temática da dependência à luz do enfoque de Cardoso e Faleto, buscando distinguir a novíssima dependência; em seguida o foco recai sobre o suposto desenvolvimentismo dos governos petistas; a terceira parte traz considerações acerca dos fatores externos e internos na crise política.

Palavras-chave: Governos do PT, dependência, desenvolvimentismo, imperialismo.

Dependency and development in the PT Governments (Worker's Party) in Brazil

Abstract: The aim of this paper is to reflect on dependence and development in the analysis of the governments of the Worker's Party (2003-2016). While recognizing the social and economic advances of the period, the core idea is that the boldest alternative state policies targeting development were restricted by the emergence of what will be presented as the newest dependence. The text is divided into three parts, besides the introduction and conclusion: in the first part, the theme of dependence is picked up in light of Cardoso and Faletto's approach, seeking to distinguish the newest dependence; then the focus falls on the so-called developmentalism of the Worker's Party governments; the third section presents considerations about external and internal factors in the political crisis.

Keywords: PT Governments, dependence, developmentalism, imperialism.

Introdução

Neste texto interessa a abordagem dos governos do PT nos limites da novíssima dependência, que retomaria expedientes similares aos das relações de dependência tradicionais, dominantes até os anos 1930 e marcadas pelo predomínio do setor primário na atividade econômica. Retrocesso estimulado pelas diretrizes da política macroeconômica praticadas desde o final dos anos 1990, promovendo uma inserção internacional por vezes entendida como neocolonial, para nós melhor apreendida a partir da ideia de novíssima dependência, pois a noção de colonialismo enfatiza a expansão dos setores intensivos em recursos naturais na atividade econômica e pauta exportadora, ao encontro da redução da participação da indústria de transformação no PIB, ao passo que a noção de dependência remete primeiramente à dimensão financeira [Souza, 2001].

Como entendemos, a face mais perversa da novíssima dependência seria a inserção internacional do Brasil como uma espécie de paraíso dos juros, situação que foi se configurando desde o final dos anos 1970, consolidada nos anos 1990, e que restringiu a possibilidade de se combinar desenvolvimento e dependência. Durante os governos Lula, as condições externas favoráveis

¹ Professora de História Econômica do Brasil e de Geopolítica do Capitalismo no Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista (IGCE-UNESP). E-mail: angelita@rc.unesp.br.

tornaram essa realidade nebulosa, mas com a eclosão da crise internacional em 2008, nos governos Dilma, as condições adversas foram evidenciando que, apesar dos avanços sociais da Era Lula, a economia brasileira estava mais dependente e vulnerável. E no cerne das dificuldades dos governos petistas para promoção de mudanças socioeconômicas consistentes está a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal herdado do governo anterior, além da não adoção de reformas estruturais, notadamente no campo tributário.

A seguir, apresentamos rapidamente o que entendemos por novíssima dependência, para, nas seções seguintes, abordar os governos petistas e a crise política que terminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, buscando articular fatores internos e externos.

A novíssima dependência

Ao se falar em dependência e desenvolvimento, algumas notas parecem bastante atuais, aquelas apresentadas por Cardoso e Faletto [2008] no prefácio à edição norte-americana de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1979, nove anos depois da primeira edição da obra em espanhol. Ali os autores resumem o método “histórico-estrutural” empregado a partir do pressuposto da existência de estruturas globais relativamente estáveis e duradouras, porém não imunes a mudanças. A abordagem ideal da problemática *dependência e desenvolvimento* seria, portanto, a comprometida em elucidar “não só o condicionamento estrutural da vida social, mas também a transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e lutas de classe” [2008, p.6]. Por sua vez, a valoração pelos autores da dimensão *endógena* [2004; 2008] orienta a não redução dos fatores internos à “condição de epifenômeno” dos externos, com o imperialismo concebido como “um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível mas passiva, dos países dependentes” [2008, p.11-12].

Implica em dizer que a dimensão estrutural relacionada ao imperialismo impõe limites evidentes à vida política em países da periferia, mas a expansão do capitalismo faz emergir conflitos e tensões sociais que fomentam movimentos de mudança, cujas formas estão relacionadas ao processo de interiorização dos interesses forâneos e arranjos políticos variados que vão se constituindo em torno desses interesses. Em alguns casos, as convergências podem incluir segmentos da classe média e mesmo setores das classes trabalhadoras; em outros, frações das classes dominantes locais buscam alianças com segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras e mesmo camponeses “visando sua autoproteção frente à penetração estrangeira contrária a seus interesses” [Cardoso, Faletto, 2008, p. 12], o que pode levar ou não à via revolucionária (luta de classes).

Do ponto de vista econômico, as situações de dependência estão sobremaneira determinadas pelas dificuldades de domínio do processo de inovação científico-tecnológico, mormente no que tange à criação e expansão do setor de bens de capital, além de aos limites para evoluir um sistema financeiro que apoie o processo de desenvolvimento capitalista. Esses dois fatores são decisivos, relativamente contornáveis com complementaridades externas, como e em que proporção segundo a história de cada país, embora seja praticamente impossível superar a situação de dependência por essa via.

A maior contribuição de *Dependência e desenvolvimento*, conforme os próprios autores, residiria na caracterização da “nova dependência”, identificável a um “processo real de desenvolvimento dependente em alguns países latino-americanos” [Cardoso, Faletto, 2008, p.17]. Diferentemente da configuração precedente, de natureza mais colonialista, a nova dependência contaria com investimentos diretos estrangeiros no setor industrial, ensejando desenvolvimento capitalista com dependência, a alternativa prognosticada por Cardoso e Faletto [2004] e suscetível de ser apreendida como prescritiva (que teria orientado o presidente FHC). Aqui importa apenas a

explicação breve do método, de todo modo os autores estavam certos, em alguns países um desenvolvimento *real* ocorreu, até a entrada em cena da novíssima dependência, reduzindo para as economias latino-americanas as chances de combinar dependência com desenvolvimento, mesmo sob um prisma *minimalista*, no qual o desenvolvimento capitalista significaria basicamente evolução das forças produtivas por meio da importação de tecnologia e penetração de empresas estrangeiras nas economias dependentes [Cardoso; Faletto, 2008].

Em resumo, a *novíssima dependência* sucedeu a *nova* que havia suplantado a *tradicional*. Nessa última os investimentos estrangeiros eram direcionados principalmente para empréstimos aos governos e investimentos diretos na atividade mercantil agroexportadora e em alguns serviços públicos [Souza, 2001]. No contexto da nova dependência, investimentos industriais estrangeiros, associados aos estatais e privados nacionais, promoveram em alguns países, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, desenvolvimento capitalista real. Já a novíssima dependência, consolidada nos anos 1990, produz fundamentalmente “empobrecimento e pilhagem das economias periféricas, variando apenas de uma para outra a intensidade do empobrecimento e da pilhagem, *em função do grau de resistência local*” [Saes, 2007, p.161, grifo nosso].

Não seria incorreto afirmar que a novíssima dependência encontra correspondência no novo imperialismo, tal como caracterizado por Harvey [2004], que traça similaridades com a fase da acumulação primitiva. Para o autor [2004], os mecanismos de expropriação descritos por Marx nunca deixaram de existir no capitalismo constituído, mas teriam se intensificado nas últimas décadas, destruindo avanços conquistados anteriormente. E como não se poderia denominar de acumulação primitiva algo vigente, bem como em função dos aspectos novos, Harvey falará em acumulação por despossessão ou via espoliação, produto da expansão do próprio imperialismo, que, no pós-guerra, a despeito da dimensão tenebrosa, esteve associado a *progressos* econômicos, sociais e mentais; ao passo que o novo imperialismo promove essencialmente mais expropriação, destruição, pobreza e rapinagem.

Regressão fomentada pelos avanços tecnológicos alcançados no bojo da terceira revolução industrial, desde os anos 1980 estimulando fusões/aquisições que resultaram em maior centralização na gestão da riqueza acumulada e descentralização espacial da produção, com as decisões de investimentos produtivos mais concentradas e os empreendimentos espacialmente mais restritos, com franca vantagem para os países asiáticos [Belluzzo, 2013]. Na América Latina, o capital imperialista passou a priorizar ganhos fáceis e imediatos, ao invés dos investimentos industriais novos, buscando apossar-se dos setores econômicos mais lucrativos, com as instituições que o representam – FMI, OMC, Banco Mundial – exercendo pressão sobre os Estados no sentido da adoção de políticas neoliberais [Fiori, 1995; Saes, 2007].

Voltando ao enfoque de Cardoso e Faletto [2004], as proposições apresentadas não são exclusivas deles, encontram-se disseminadas em inúmeros trabalhos acadêmicos, à luz de metodologias e teorias variadas, entre elas a chamada *teoria da dependência*, no interior da qual destaca-se a perspectiva dos autores. No entanto, ainda que falem em conceito de dependência e mesmo em teoria da dependência, após debate suscitado pela obra, Cardoso defenderia a impossibilidade de “[...] pensar numa ‘teoria da dependência’. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” [Cardoso, 1970, p.32].

Consideramos essa a melhor definição da dependência: expressão política nas periferias do modo de expansão capitalista mundial, expressões singulares, com elementos constitutivos amplamente comuns. A intenção é retomar a perspectiva para abordar os governos do PT, caracterizados pela coexistência de uma comunidade transnacional de interesses financeiros e

alianças fluidas/instáveis entre frações dominantes e segmentos das classes médias, do proletariado e do campesinato, mirando a autoproteção frente aos efeitos negativos da ortodoxia neoliberal. Ademais, nas análises (*à esquerda*) acerca do desfecho do segundo governo Dilma tem sido comum o apelo aos fatores externos como *traçando desde fora* os caminhos da história recente do Brasil, perspectiva um tanto insuficiente à compreensão dos acontecimentos. Por fim, a temática do desenvolvimentismo esteve na ordem do dia nos governos Lula e Dilma.

Governos do PT: desenvolvimentistas?²

Essa seção deixará de fora contribuições propositivas presentes no debate político e acadêmico sobre desenvolvimentismo: a do “novo-desenvolvimentismo” ligada aos trabalhos de Bresser-Pereira e a proposta de “social-desenvolvimentismo” por economistas ligados ao PT. As duas perspectivas e seus limites foram devidamente apresentadas por Bastos [2012], aqui interessa somente pôr em dúvida a caracterização dos governos petistas como desenvolvimentistas, a partir da formulação de Fonseca [2013], que, após examinar a história do *conceito* e identificar um núcleo comum a respeito, formulou a seguinte definição:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. [Fonseca, 2013, p.40]

A identificação do desenvolvimentismo como política econômica não deixa de remeter ao sentido ideológico, mas principalmente “lembra o intervencionismo como integrante do *core* do conceito”, segundo uma estratégia ou projeto dotado de intencionalidade, um “guia de ação para reverter um *status quo* não desejável”. Os governos são os agentes formuladores e executores da estratégia de desenvolvimento, de forma deliberada, almejando o crescimento da produção e da produtividade. A liderança do setor industrial seria a “variável-chave do núcleo comum do desenvolvimentismo”, presente em todos os autores analisados à luz de experiências históricas variadas. Isto não significa que o setor primário não integre o projeto, porém, na ausência de primazia para a evolução do setor industrial, seria difícil falar em desenvolvimentismo. [Fonseca, 2013, p.40-42]

É com base na formulação de Fonseca [2013] que consideramos complicado sustentar a hipótese do desenvolvimentismo para os governos petistas, tendo em vista o período curto de crescimento econômico que animou teses a respeito, as inúmeras conjunções adversativas que as acompanham (é desenvolvimentista *porém...*), além do desfecho do segundo governo Dilma, mas sobretudo devido à dificuldade para identificar um plano e/ou estratégia devidamente explicitado e executado que tenha promovido mudanças estruturais na economia brasileira, com prioridade para o setor industrial. E diríamos que qualquer *estratégia* estava de antemão comprometida pela manutenção do tripé macroeconômico herdado do governo FHC - câmbio flexível, superávits primários e metas de inflação -, indissociável da política de juros altos. O crescimento econômico só poderia ser alavancado por condições externas favoráveis, que existiram nos governos Lula e, na medida do possível, foram bem aproveitadas, não sendo correto classificar esses governos como fundamentalmente neoliberais pois uma política econômica “híbrida” foi adotada [Morais e Saad Filho, 2011, p.521], mesclando medidas expansionistas com neoliberalismo.

1. No exame da política econômica reproduzimos passagens de texto anterior, ver Souza, 2016.

Como escreveu Bastos [2015], nos governos Lula, três heresias foram praticadas em relação ao neoliberalismo: 1) as privatizações saíram de cena e os investimentos estatais foram retomados, notadamente no setor de petróleo, gás e energia elétrica, estimulando a indústria de bens de capital/construção naval e grandes empreiteiras; 2) os bancos públicos foram ativados para execução de políticas de estímulo à produção, à expansão do mercado interno e conquista de mercados externos; 3) um notável progressismo marcou a política salarial, trabalhista e social, com a elevação do salário mínimo real em 70% entre 2004 e 2014, além da expansão da formalização do emprego, do crédito popular, simultaneamente à ampliação dos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

Foi essa *flexibilização* na ortodoxia neoliberal, acompanhada do crescimento econômico, que estimulou a retomada da temática do desenvolvimentismo nas análises acerca dos governos Lula, mormente segundo mandato, e ainda mais diante da expansão dos gastos como forma de enfrentamento da crise que eclodiu em 2008 e crescimento subsequente da economia, de 7,5% em 2010. Bonança que não obscureceu o problema da especialização em torno das exportações de commodities e perda de espaço da indústria de transformação no PIB³, o debate sobre desindustrialização e reprimarização da economia esteve na ordem do dia, seguramente influenciando nas decisões de política econômica do governo Dilma.

É certo que alguns autores encaram a perda de espaço da atividade industrial como tendência mundial, ligada aos ganhos de produtividade advindos dos avanços tecnológicos [Bonelli; Pessoa, 2010]. Contudo, parece-nos mais acertada a leitura de economistas *heterodoxos*, para os quais a queda da participação industrial não estaria ligada aos ganhos de produtividade obtidos e difundidos por meio do avanço tecnológico, como nos países de industrialização madura, por aqui o fenômeno estaria relacionado a políticas econômicas adotadas desde os anos 1990 - câmbio valorizado, abertura comercial, altas taxas de juros – inibindo investimentos locais, em um contexto cada vez mais marcado pela perda de competitividade frente aos produtos oriundos da Ásia, para onde se deslocou boa parte dos investimentos industriais globais. Especialmente o par juros altos e câmbio valorizado é apontado como incentivador da substituição por importações e desmonte parcial das cadeias produtivas domésticas [Bastos, 2015; Belluzzo e Almeida, 2015; Bresser Pereira, 2012, 2013; Diegues Junior, 2015, 2016; Sarti e Hiratuka, 2017].

O fato é que enquanto os investimentos industriais decaem no Brasil, nos países desenvolvidos está em curso um movimento de automação que deve abalar inclusive as vantagens da China e seus parceiros asiáticos e, por extensão, ainda mais as exportações de commodities de países periféricos [Belluzzo, 2013, p.133]. Como afirmam Sarti e Hiratuka (2017), se a “chinalização industrial” já restringe a competitividade e sobrevivência de vários setores industriais brasileiros, a perspectiva de um novo ciclo de inovações aponta para outros riscos e desafios enormes. Portanto, o mais acertado seria o *desenvolvimentismo do século XXI* orientar-se por tal transformação, denominada quarta revolução industrial.

No entanto, os governos Lula, talvez em vista das dificuldades para acompanhar o processo em curso, aproveitaram as condições externas para fortalecer setores nos quais o país seria competitivo: commodities e grande engenharia ligada a obras públicas de infraestrutura. Outrossim para praticar políticas de distribuição de renda, foram governos socialmente reformistas, moderadamente, porém reformistas [Singer, 2012], que praticaram políticas expansionistas afins ao desenvolvimentismo (política econômica *híbrida*), como as controvertidas obras de

2. A participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto que em 1985 era de 21,6%, em 2016, seria de 11,40%, patamar de 1947.

infraestrutura energética na Amazônia, lembrando os tempos da ditadura militar, mas também ações mais positivas, como os investimentos no pré-sal, na indústria de defesa, indústria naval, na renovação de instituições estatais, iniciativas para integração sul-americana.

O governo Dilma, além de manter as políticas sociais dos anos Lula, tentará com a denominada nova matriz econômica uma *guinada industrialista*. Entre as medidas principais do conjunto de políticas adotadas entre o final de 2011 e primeiro trimestre de 2013 estão: a) a utilização dos bancos públicos para redução dos juros, de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013; b) atuação do Banco Central no sentido da desvalorização do Real; c) capitalização robusta do BNDES destinada a subsidiar projetos de investimentos; d) desonerações fiscais generosas para vários setores; e) rebaixamento das tarifas de energia; f) aumento das tarifas de importações e reforço da política de conteúdo nacional; g) anúncio do programa de concessões para obras de infraestrutura.

Para Singer [2015], a *nova matriz* teria acessado um “ensaio desenvolvimentista” malsucedido em razão da inação da burguesia industrial, que não respondeu com os investimentos esperados e ainda acabou aderindo maciçamente à campanha pelo impeachment da presidente. Já para Fonseca [2016] a “tal matriz” foi intervencionista em reação à crise internacional e por meio de medidas aceitas e praticadas pelo *mainstream* em conjunturas de desaceleração da demanda agregada. O autor, com o qual concordamos, argumenta que as medidas adotadas não eram necessariamente desenvolvimentistas e as renúncias de arrecadação em prejuízo das receitas da União “talvez tenham virado aplicações financeiras”, tendo em vista que os investimentos industriais não ocorreram [Fonseca, 2016, s/p].

Segundo Rossi e Biancarelli [2015] as medidas adotadas pelo governo não serviram para alavancar o investimento privado porque “na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir”. Para os autores, o ativismo do Estado deveria ter focado o investimento público em infraestrutura, em desaceleração desde 2011, ao invés de *optar* pela pauta da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), para logo em seguida retomar a da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) subindo os juros novamente. Bastos [2015] concorda que o ativismo estatal deveria ter se concentrado no investimento em infraestrutura, mas ressalta que no caso da indústria de transformação, foco da nova matriz, o problema do não investimento estaria ligado à capacidade ociosa, decorrente da desaceleração cíclica da demanda doméstica e coeficiente de importados estimulado por anos de câmbio valorizado. Novos investimentos viriam apenas se os industriais estivessem “apoiando politicamente o governo petista apesar da irracionalidade econômica do investimento” [Bastos, 2015, p.60].

O governo provavelmente contava com esse apoio e não devia considerar irracional responder aos incentivos com novos investimentos. E o apoio foi externado por representantes de entidades da indústria, como a FIESP, em meio aos anúncios das medidas da nova matriz, no geral ao encontro das demandas do setor industrial. Todavia, provavelmente em desencontro com o “novo padrão de organização e acumulação da indústria local” que emergiu entre 2000-2010, baseado na redução gradativa da produção e aumento das importações de produtos finais, partes, peças e componentes [Diegues Jr., 2015; 2016]. Uma reconfiguração induzida pela política macroeconômica e designada por Diegues Jr. de “doença brasileira”, em face da qual era implausível que a indústria viesse a liderar um movimento de crescimento como pretendido pelo governo.

Em síntese, a partir de 2004 e especialmente no segundo mandato Lula a conjuntura internacional melhorou, possibilitando ativismo estatal sem alterações drásticas na política macroeconômica. O câmbio seguiu valorizado, os juros, embora mais baixos, internacionalmente

atrativos, e setores das classes produtoras foram contemplados com estímulos diversos, como os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por certo que a continuidade das taxas de juros reais médias em patamares atrativos tem a ver com o poder de pressão das forças sociais beneficiadas pela especulação financeira, mas em larga medida os juros seguiram altos a fim de manter o câmbio valorizado, de forma a baratear o consumo dos capitalistas e o das classes trabalhadoras, mantendo a inflação sob controle, devido aos insumos importados mais em conta e à competição com mercadorias estrangeiras. O que aliado aos aumentos salariais reais, à expansão dos programas de transferência de renda, do crédito popular, com obras públicas gerando empregos, elevaria em muito a popularidade do presidente Lula.

Por sua vez, o governo Dilma parece ter apostado na existência de espaço político para atacar o tripé em seus aspectos centrais, câmbio e juros, adotando inclusive um tom *confrontacionista* [Bastos, 2015; Singer, 2015]. Não daria certo e além da provável dissonância com o novo padrão de organização e acumulação da indústria local, a partir das leituras realizadas, outras hipóteses explicativas sobre o insucesso da política econômica podem ser arroladas: a) a nova matriz teria contrariado muitos interesses ao mesmo tempo, generalizando a desconfiança entre os capitalistas [Singer, 2015; Bastos, 2015]; b) diante do avanço da imbricação entre produção e *rentismo*, entre capitais nacionais e estrangeiros, os interesses não seriam tão contraditórios como pode ter apostado o governo [inúmeros autores]; c) a queda na lucratividade em uma situação de pleno emprego passou a pesar contra uma gestão considerada cada vez mais intervencionista [Singer, 2015; Rugitisky, 2015]; d) o peso da “direita liberal e dependente” [Bresser Pereira, 2013] seria muito grande e, na luta ideológica, teria atraído a camada industrial para a “formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista” [Singer, 2015]; e) o ativismo estatal para se sustentar demandava duas condições inexistentes: uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores [Singer, 2015].

De nossa parte [Souza, 2016], além de incorporar as hipóteses acima, destacamos que também o *estilo Dilma* (tido como autoritário, centralizador, descortês) não ajudou e, politicamente, críticas aos juros altos por agentes representativos do setor industrial estariam mais para formas de luta por favorecimentos estatais que direcionadas à redução drástica dos juros, afinal os representantes do grande capital em geral ganham muito no circuito financeiro, mas disputam todos espaço *no Estado* e nos governos petistas representantes do setor produtivo *conquistaram* o BNDES. Além do mais, em situações de dependência, as intenções de investimento são muito influenciadas pela atuação dos agentes estrangeiros, se eles passam a criticar o governo, diminuir investimentos produtivos e substituir produção local por importações, o mais provável é que sejam seguidos pelos agentes econômicos locais (no caso das importações, com o Real valorizado, seria o *racional*).

Fatores externos e internos na crise política

A inserção internacional do Brasil como uma espécie de *paraíso dos juros* encontra-se hoje abalizada no tripé neoliberal, formato assumido no segundo governo FHC, embora a situação seja anterior a esses governos. Voltando pouco no tempo, seria possível localizar como momento de *inflexão* nessa direção o governo desenvolvimentista do general Geisel (1974-1978), ao executar um plano ambicioso (II PND) cujos resultados elevariam tanto a capacidade produtiva da economia brasileira como o endividamento externo, duramente cobrado nos anos 1980, dificultando a incorporação dos avanços tecnológicos da revolução informacional e induzindo à política de juros altos como forma de enfrentamento da crise da dívida [Souza, 2015]. Como assinalado por Cardoso e Faletto, o país dependente até pode usar bem os recursos externos orientado por estratégias

autonomistas, porém mesmo que a economia venha a prosperar, as regras costumam ser ditadas pelos “que detêm as notas promissórias” [2008, p.17].

Por outro lado, o legado desenvolvimentista ainda que não tenha transformado o país em um grande jogador global, capaz de competir com países asiáticos, dificultaria a radicalização das políticas neoliberais nos anos 1990, à maneira argentina por exemplo. Um parque industrial diversificado e relativamente integrado, dinamismo comercial e potencial econômico sem paralelo na região geraram uma burguesia interna robusta, que resistiria a reformas mais radicais por meio de suas entidades representativas, junto a jornalistas, intelectuais, economistas de oposição, segmentos da burocracia estatal e das classes trabalhadoras. Vale notar que, apesar da incorporação reduzida dos avanços da terceira revolução industrial e do fenômeno da “doença brasileira”, em 2015, o Brasil ainda ocupava a nona posição em termos de valor agregado manufatureiro, podendo ser considerado uma potência industrial [Sarti e Hiratuka, 2017].

Neste início de século, os descontentamentos relacionados com a ortodoxia neoliberal acabariam convergindo para alguma espécie de coalizão apontada por meio de expressões variadas: “coalizão produtivista” [Singer, 2015], “frente neodesenvolvimentista” [Boito, 2012], “pacto social-desenvolvimentista” [Ianoni, 2013]. Nós preferimos a noção de *frente*, mais fraca, uma *frente antineoliberal moderada* [Souza, 2016], indicativa da disposição de grupos sociais em apoiar ou tolerar os governos petistas e liderada por agentes da burguesia interna: representantes da indústria de transformação, da grande engenharia, do setor exportador de commodities e mesmo alguns banqueiros. Entre as classes trabalhadoras organizadas, a *frente* atraiu os estratos baixos das classes médias, operariado urbano e camponato. Em contraposição, os funcionários do neoliberalismo ortodoxo seriam mais afeitos ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e identificados aos interesses do capital financeiro internacional: agentes do setor comercial-importador, boa parte dos *ruralistas*, dos banqueiros, segmentos das classes médias altas, eventualmente entidades do mundo operário (como a Força Sindical).

Os dois campos muitas vezes são apresentados a partir da oposição entre as esferas produtiva e financeira, presente no debate econômico brasileiro desde o fim da ditadura militar, sugerindo uma relação de exterioridade: as *finanças* freando *desde fora* o setor produtivo, com os investimentos restringidos devido aos juros altos, pois valeria mais a pena especular no mercado financeiro. Uma meia verdade, pois juros atrativos podem ser estimulantes aos investimentos produtivos justamente por garantirem valorização patrimonial no mercado financeiro acrescida da possibilidade de ganhos com empreendimentos produtivos subsidiados pelo Estado, subsídios geralmente conquistados na luta política, em meio a qual costuma ser eficaz as reclamações contra os juros altos, especialmente em se tratando de governos progressistas como os do PT. Ainda mais que combater a especulação financeira sempre foi uma ambição declarada do partido, todavia, uma vez no poder, faltaria base societária para tanto, à medida que a bonança externa permitiu uma política de compromisso acomodatória e a mobilização política de massa foi descartada pelo lulismo [Singer, 2012].

O quanto a retórica das finanças *versus* produção esmaeceu desde 2013, se perdeu totalmente relevância para o entendimento da luta política, ainda não é possível saber. A FIESP segue batendo nas teclas dos juros altos e do câmbio, pode ser que visando manter as desonerações concedidas pelo governo Dilma. Ou talvez esteja defendendo as posições de sempre, as mais produtivas para fazer avançar o setor industrial, pois a FIESP é a entidade empresarial que melhor expressa as ambiguidades da burguesia interna: deseja políticas de proteção/incentivo estatal combinadas às de atração de capitais de fora. De toda forma trata-se de uma entidade mais comumente na contramão dos avanços democráticos historicamente defendidos pelo PT, o mais

sensato seria desconfiar seriamente da coincidência entre demandas da federação e *interesse nacional*.

Neste sentido, o governo Dilma e alguns analistas passam a impressão de tomar o conjunto ou uma fração da burguesia interna por *burguesia nacional*, supostamente identificada ao interesse nacional e contra a especulação financeira, algo difícil de identificar entre as frações de classe dominantes no Brasil. O que é possível verificar na cena política é a existência de uma burguesia interna que, na luta política, se distinguiria da burguesia associada devido à sua posição ambígua diante da penetração do capital estrangeiro, com o qual pode manter parcerias e interesses comuns ao mesmo tempo que que briga por políticas estatais de proteção frente a este capital, como a política de conteúdo nacional. Em se tratando da burguesia associada o alinhamento com o capital imperialista é inequívoco.

Basicamente, a política econômica dos governos petistas contemplou demandas da burguesia interna sem confrontar os interesses financeiros hegemônicos, afora o curto período em que o governo Dilma tentou flexibilizar o tripé com a nova matriz econômica. Já indicamos algumas hipóteses sobre o porquê do insucesso da nova matriz, agora vale salientar o que aparenta ser um descolamento entre política econômica e realidade social, não apenas no tocante a liderança implausível pela indústria de um novo ciclo de crescimento econômico, mas também no que diz respeito à existência de uma comunidade de interesses financeiros que congrega todas as frações do grande capital local e estratos superiores das classes médias, assim como entidades dos trabalhadores como fundos de pensão. A nova matriz econômica não parece ter levado devidamente em consideração que a maioria dos agrupamentos que compõe a comunidade é *dependentista* no sentido prescritivo: deseja que os governos sejam capazes de atrair investimentos estrangeiros e teme, acima de tudo, a fuga de capitais.

Existiria uma questão de fundo que operaria mais ou menos assim: se aos agentes do capital estrangeiro importam políticas estatais *responsáveis* como caução dos investimentos, mormente os financeiros, para os agentes econômicos nacionais a garantia repousa na própria participação do capital estrangeiro, tendencialmente desembocando nas políticas econômicas desejadas pelo *mainstream*, a não ser quando fatores externos permitem um fôlego (ou a luta de classes impõe mudanças). A título de ilustração, além da conjuntura internacional positiva, largamente em função da bonança das commodities, aproveitada pelos governos Lula no sentido da expansão dos gastos, também as políticas anticíclicas de enfrentamento da crise de 2008-2009, como observa Bastos (2015, p.44-45), estariam relacionadas à necessidade de dirimir a recessão nos países centrais, o que refletiu nas recomendações do FMI aos países periféricos, agora complacentes com a redução das taxas de juros e iniciativas fiscais expansionistas.

Não obstante, parece-nos fora de dúvida que era possível *melhorar* a posição do capitalismo dependente brasileiro, uma vez que existia um movimento contrário ao neoliberalismo *hard*, decisivo para a chegada do PT ao poder e passível de ser apreendido pela ideia de *frente*. Não tivesse a conjuntura internacional permitido *melhoras* sem enfrentamentos, reformas estruturais talvez tivessem sido tentadas, nomeadamente no campo tributário, com vistas a oferecer serviços públicos de melhor qualidade e alguma justiça no campo fiscal, taxando, por exemplo, grandes fortunas e instituindo uma tributação progressiva (não desonerações fiscais para o capital como fez o governo Dilma).

Da ótica eminentemente conjuntural, os fatores políticos que levaram à derrubada do governo do PT seriam em ordem de importância: a) a reação do PSDB à derrota eleitoral, buscando reverter o resultado no Judiciário e no Legislativo com o apoio da mídia dominante; b) a atuação *antipetista* de agentes do Ministério Público, Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal; c) a inabilidade do governo no trato com o Legislativo e baixa interlocução com a sociedade

civil/movimentos sociais; d) o estelionato eleitoral praticado em seguida à posse em 2015, quando se adotou o programa de austeridade do adversário; f) o oportunismo de boa parte da elite política brasileira, com destaque para políticos do partido do vice-presidente. Fatores imediatos que por si não explicam a crise, do mesmo modo que focar essencialmente no *imperialismo*, embora práticas imperialistas sejam evidentes por toda parte.

Recentemente mesmo, foram desnudadas por investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a formação de um cartel internacional destinado à manipulação das taxas de câmbio no Brasil. Por enquanto, cinco instituições estrangeiras admitiram a conduta: Citicorp, Deutsche Bank, Barclays, HSBC, JP Morgan, mas as investigações envolvem quinze instituições financeiras, algumas nacionais⁴. E desde o impeachment tem se verificado o avanço da *acumulação via espoliação*, para tanto um fator primordial é a Operação Lava Jato, que investiga um esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, empresários, operadores financeiros e políticos de vários partidos. Nas redes sociais abundam acusações de que a Operação atua em nome do imperialismo e seus sócios locais; que os EUA treinaram agentes judiciais brasileiros, entre eles o juiz Sérgio Moro (protagonista da Operação), o qual contaria com informações privilegiadas da parte de órgãos de espionagem estadunidenses.

Até o momento são especulações e a Operação Lava Jato parece bem mais que mero instrumento dos interesses imperialistas, tanto que vem incomodando o governo Temer, que supostamente representaria tais interesses. De todo modo, a Operação tem contribuído para a desnacionalização da economia. Neste terreno, vale mencionar que a Petrobras perdeu o direito à participação mínima de 30% nos consórcios de exploração na área do pré-sal e duas vendas recentes foram bastante criticadas, seja devido à desnacionalização, seja pelos valores considerados baixos: a do campo de Carcará para participação da estatal norueguesa Statoil; e os campos Iara e Lapa para a francesa Total, de capital misto. Em 2013, no governo Dilma, um consórcio formado pela a anglo-holandesa Shell, a francesa Total e as estatais chinesas CNPC e CNOOC já tinha abocanhado participação no campo de Libra, o maior campo de petróleo descoberto no Brasil, porém a Petrobras manteve 40% de participação, incluindo o percentual de 30%, à época obrigatório por lei⁵.

E não faltam indícios de práticas imperialistas por trás da crise política brasileira, qualquer um que tenha acompanhado o noticiário diariamente pôde constatar o clima forte de boicote orquestrado contra o governo Dilma. Sobretudo a partir do segundo semestre de 2013, quando se intensificaram os editoriais desfavoráveis da parte de consultorias privadas, agências internacionais de risco, FMI, Banco Mundial [Singer, 2015], análises negativas incrementadas e propaladas pela mídia nativa em ataque cerrado contra supostos gastos públicos excessivos, descontrole da inflação, abandono *leviano* do tripé macroeconômico, pedaladas fiscais (denunciadas em 2014)⁶. Tudo contribuindo para gerar um ambiente negativo para investimentos e economia do país, estimulante à campanha política contra o governo, animada desde as movimentações de ruas em 2013.

Enfim, se a *mentalidade dependentista* (o efeito que virou causa) faz boa parte do serviço, práticas imperialistas *desde fora* também não dão trégua. Mesmo assim, entendemos que os governos Lula deveriam (e podiam) ter alterado a inserção internacional do Brasil consolidada nos

-
3. Ver matéria do Jornal *Valor*, disponível em <http://www.valor.com.br/financas/4798905/cade-firma-acordo-com-cinco-bancos-na-investigacao-de-cartel-do-cambio>, consultado em 10/01/2017.
 4. A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), em edição especial de fim de ano, “2016: o ano que pode durar 20 anos”, condena a “desintegração a toque de caixa” da estatal brasileira, oferecendo um panorama dos acontecimentos. Disponível em <http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/14070/2016-o-ano-que-pode-durar-20-anos>, consultado em 02/01/2017.
 5. Ver, por exemplo, as matérias de Fábio Alves [2014].

anos 1990, especialmente no que diz respeito ao câmbio e juros altos. Afinal a eleição do ex-presidente pode ser entendida como reação a essa *situação* de dependência e é menos problemático tentar mudanças em meio a condições externas favoráveis, com a economia em crescimento. Certamente a alternativa demandaria mobilização popular intensa, pois o cerco contrário seria duro, razão pela qual uma liderança historicamente relevante e popular talvez resistisse de maneira mais prolongada e exitosa no tempo.

Considerações finais

Procuramos refletir sobre dependência sobretudo à maneira endogenista, como a *expressão política* do modo hierárquico e desigual da expansão capitalista mundial. Nos anos 1990 assumindo a forma do tripé macroeconômico neoliberal, indutor da doença brasileira, hoje de difícil reversão. Um arranjo construído internamente, em uma situação de dependência diferente daquela estudada por Cardoso e Faletto [2004], com possibilidades restringidas de reedição do desenvolvimento com dependência, em meio à financeirização sem precedentes da economia capitalista, em escala mundial e nacional, sem falar na emergência da China. E sequer são animadoras as perspectivas de crescimento da economia brasileira para a atração de investimentos estrangeiros, os que investem, como os chineses, que têm aumentado a presença no país, avançam sobretudo por meio de aquisições/participações no setor de energia, por ora, sem investimentos industriais relevantes. Por sua vez, expandir a porção Bangladesh do país, como parece ser o projeto das forças atualmente no poder, não é garantia de mais investimentos, ao contrário a experiência recente indica que distribuição de renda e consumo são mais chamativos neste sentido⁷. Assim sendo, não está assegurado que o desenvolvimentismo seja carta fora do baralho nas eleições de 2018 (se ocorrerem), longe disso, e as experiências de governos petistas constituem uma boa base de aprendizagem.

Referências bibliográficas:

- ALVES Fábio, *Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma. A Nova Matriz Econômica Brasileira no Mundo Pós-Crise*, Rio de Janeiro, Alta Books, 2014.
- BASTOS Pedro Paulo Zahluth, *Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil*, Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, 2015.
- BASTOS Pedro Paulo Zahluth, “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, *Revista Economia e Sociedade*, v. 21, n. 3 (46), dez. 2012, p.779-810.
- BELLUZZO Luiz Gonzaga, *O capital e suas metamorfoses*, São Paulo, Editora da Unesp, 2013.
- BELLUZZO Luiz Gonzaga e ALMEIDA Júlio Gomes, “Como recuperar o vigor industrial” [online], in Luiz Gonzaga Belluzzo e Pedro Paulo Zahluth Bastos (orgs.), *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*, 2015 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://cartamaior.com/a/docs/2016/02/15.pdf>.
- BOITO Armando, “As bases políticas do neodesenvolvimentismo” [online], *Fórum econômico da FGV-SP*, 2012 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
- BONELLI Regis e PESSOA Samuel, *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência* [online], Brasília, IBRE/FGV, n.7, 2010 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>

6. A alusão a Bangladesh deve-se ao livro de John Smith (2016), *Imperialism in the twenty-first century*, no qual o país asiático serve de caso ilustrativo da superexploração do trabalho.

BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos, “O governo Dilma frente ao ‘tripé macroeconômico’ e à direita liberal e dependente”, *Novos Estudos CEBRAP*, n.95, março de 2012, p.5-14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, “The value of the exchange rate and the Dutch disease”, *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 3 (132), Julho-Setembro 2013, p.371-387.

CARDOSO Fernando Henrique e FALETTO Enzo, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO Fernando Henrique e FALETTO Enzo, “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”, in Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Mauricio Font (orgs.), *Economia e movimentos sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

CARDOSO Fernando Henrique, “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência” [online], in *2º Seminário latino-americano para el desarrollo*, FLACSO, Santiago, Chile, 1970 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/app/webroot/files/upload/biblioteca_virtual/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretas.pdf.

DIEGUES Antônio Carlos, “As transformações no padrão de organização e acumulação da indústria: da desindustrialização à ‘Doença Brasileira’” [online], in Luiz Gonzaga Belluzzo e Pedro Paulo Z. Bastos (orgs.), *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff* [consultado em 20/01/2017]. Disponível em http://cartamaior.com/_a/docs/2016/02/15.pdf.

DIEGUES Antônio Carlos e ROSSI Caroline Gut, “Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de ‘Doença Brasileira’” [online], in *XXI Encontro Nacional de Economia Política*, 2016, São Bernardo do Campo [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <https://antoniocarlosdiegues.files.wordpress.com/2009/04/versc3a3o-sep-2016-desindustrializac3a7c3a3o-e-doenc3a7a-brasileira1.pdf>.

FIORI José Luís, “A globalização e a novíssima dependência”, in José Luís Fiori, *Em busca do dissenso perdido*, Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FONSECA Pedro César Dutra, *Desenvolvimentismo: a construção do conceito* [online], Brasília, Rio de Janeiro, Ipea, 2013 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf.

FONSECA Pedro César Dutra, “Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo” [online], *Folha de São Paulo* (06/03/2016) [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425-desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml?cmpid=compfb>.

HARVEY David, *O Novo Imperialismo*, São Paulo: Loyola, 2004.

IANONI Marcus, “Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático”, *Revista de Economia Política*, v. 33 (4), outubro/dezembro 2013, p.2-24.

MORAIS Lécio e SAAD FILHO Alfredo, “Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula”, *Revista de Economia Política*, 31 (4), 2011, p. 507-527.

ROSSI Pedro e BIANCARELLI André, “Do industrialismo ao financismo” [online], *Carta Maior* (02/02/ 2015) [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-industrialismo-ao-financismo/7/32777>.

RUGITISKY Fernando, “Do ensaio desenvolvimentista a austeridade: uma leitura kaleckiana” [online], *Carta Maior*, 8/5/2015 [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-Kaleckiana/7/33448>.

SAES Décio Azevedo Marques, “Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência”, in Francis Mary Guimarães Nogueira e Maria Lucia Rizotto, *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*, São Paulo, Xamã, 2007.

SARTI Fernando e HIRATUKA Celso, “Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais” [online], Campinas: IE-UNICAMP, 2017 [consultado em 20/04/2017]. Disponível em <http://www2.eco.unicamp.br:924/Publicacoes/textos-para-discussao>.

SINGER André, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER André, “Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Revista Novos Estudos*, julho de 2015, p. 39-67.

SOUZA, Angelita Matos, *Estado e dependência no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2001.

SOUZA Angelita Matos, “Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças”, *Cuadernos de Economía*, 34(66), Bogotá, Colômbia, 2015, p. 545-567.

SOUZA Angelita Matos, “Arriscando uma compreensão do primeiro governo Dilma” [online], in *XXI Encontro Nacional de Economia Política*, 2016, São Bernardo do Campo [consultado em 20/01/2017]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/21276522-Xxi-encontro-nacional-de-economia-politica.html>.

SMITH, John, *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*, New York, Monthly Review Press, 2016.